

Cultura Viva entre o emergencial e o emergente: O mapeamento da Rede Mineira de Pontos de Cultura

Luana Vilutis¹

José Márcio Barros²

Ana Paula do Val³

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v14i26.60471>

Resumo: As reflexões aqui tecidas são baseadas nos dados gerados pelo Mapeamento e Diagnóstico realizado pelo Observatório da Diversidade Cultural-ODC junto à Rede Mineira de Pontos de Cultura de Minas Gerais em 2021. Apresentaremos de forma geral a metodologia e uma breve caracterização dos Pontos de Cultura de MG, no que tange suas institucionalidades, atuações, distribuição territorial e infraestruturas. Também evidenciaremos duas dimensões que nos parecem emblemáticas desta realidade, simultaneamente regional e nacional: a vitalidade econômica dos Pontos de Cultura e a importância da Lei Aldir Blanc I no fortalecimento da organização em rede de entidades culturais comunitárias.

Palavras-chave: Pontos de Cultura; Lei Aldir Blanc I; Rede Mineira de Pontos de Cultura.

Cultura Viva entre lo emergencial y lo emergente: El mapeo de la Red de Puntos de Cultura de Minas Gerais – Brasil

Resumen: Las reflexiones aquí expuestas se basan en los datos generados por el Mapeo y Diagnóstico llevado a cabo en 2021 por el Observatorio de la Diversidad Cultural-ODC Brasil en colaboración con la Red de Puntos de Cultura de Minas Gerais. Presentaremos de manera general la metodología y una breve caracterización de los Puntos de Cultura en Minas Gerais, centrándonos en sus estructuras institucionales, actividades, distribución geográfica e infraestructuras. También destacaremos dos dimensiones que parecen emblemáticas de esta realidad, tanto a nivel regional como nacional: la vitalidad económica de los Puntos de Cultura y la importancia de la Ley Aldir Blanc I en el fortalecimiento de la organización en red de entidades culturales comunitarias.

Palabras clave: Puntos de Cultura; Ley Aldir Blanc I; Red de Puntos de Cultura de Minas Gerais.

¹ Luana Vilutis. Pesquisadora do Observatório da Diversidade Cultural (ODC), Belo Horizonte/MG. Doutora em Cultura e Sociedade pela universidade Federal da Bahia, Brasil. Contato: luanavilutis@gmail.com - <https://orcid.org/0009-0003-2299-1837>

² José Márcio Barros. Doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Professor da UEMG e da PUC Minas e pesquisador do Observatório da Diversidade Cultural, Brasil. Contato: josemarciobarros2013@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-3058-5236>

³ Ana Paula do Val. Doutoranda em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC. Pesquisadora do Observatório da diversidade Cultural. Contato: anap.doval@gmail.com - <https://orcid.org/0009-0003-9278-7807>

Living Culture between the emergency and the emerging: The mapping of Culture Points' Network of Minas Gerais - Brazil

Abstract: The reflections presented here are based on the data generated by the Mapping and Assessment conducted in 2021 by the Observatory of Cultural Diversity-ODC Brasil in collaboration with the Culture Points' Network of Minas Gerais. We will provide a general overview of the methodology and a brief characterization of the Culture Points in Minas Gerais, focusing on their institutional structures, activities, geographical distribution, and infrastructure. We will also highlight two dimensions that appear emblematic of this reality, both regionally and nationally: the economic vitality of the Culture Points and the significance of the Aldir Blanc Law I in strengthening the network organization of community cultural entities.

Keywords: Culture Points; Aldir Blanc Law I; Culture Points' Network of Minas Gerais.

Cultura Viva entre o emergencial e o emergente: O mapeamento da Rede Mineira de Pontos de Cultura

Introdução

A Pandemia do COVID 19 trouxe, para além da contabilização de mais de 15 milhões de mortos pelo mundo afora e cerca de 705 mil no Brasil – dados de setembro de 2023 – algumas evidências que se apresentam como grandes desafios para a compreensão de nossa realidade. Se para muitos é uma inexorável prova de que colhemos as consequências dos paradoxos criados a partir dos modelos de desenvolvimento e sociabilidade inaugurados na modernidade, para outros a saída para esse real impositivo se curva às diferentes realidades políticas, econômicas, sanitárias e culturais, tornando tudo tão evidente,

mas ao mesmo tempo tão difícil de ser alterado.

Uma das dimensões evidentes e desafiadoras refere-se ao campo cultural, entendido aqui como um conjunto heterogêneo de sujeitos, práticas, instituições e representações simbólicas. A forma como a pandemia e seu enfrentamento – por meio do isolamento social – se impôs à cultura, consagrada pelo refrão primeira a parar e última a voltar, é emblemática: a necessidade de se reinventar o mercado cultural e a urgência em se recuperar e atualizar as políticas públicas de cultura.

O horizonte, para além de ações paliativas, apontou para o fato de que, os trabalhadores e os negócios da

cultura enfrentaram e continuam enfrentando graves problemas em decorrência dos efeitos do isolamento social. Uma realidade que ainda poderá ser pior, caso a busca pelo “novo normal”, expressão cunhada ao longo desses perversos meses de pandemia, se dê exclusivamente centrada na recuperação econômica, descomprometida com a questão da sustentabilidade, entendida aqui como um conjunto de ações que assegurem a continuidade da vida. Sustentabilidade como aquilo que agencia passado e presente de tal forma, a garantir a existência de um futuro com dignidade, participação, saúde e equidade.

A bem da verdade, no Brasil, para o campo cultural a crise já existia desde 2016 com o desmonte das políticas culturais iniciado no Governo de Michel Temer e radicalizado no Governo de Jair Bolsonaro. Neste sentido, a pandemia da COVID-19 não apenas instaurou o caos e a desordem, mas também evidenciou a fragilidade das relações entre o modelo de desenvolvimento global e a incapacidade das políticas públicas garantirem direitos e bem estar.

Mas é preciso reconhecer que emergiu uma consciência coletiva cada vez mais alargada sobre a necessidade de se operar mudanças na busca por sustentabilidade, o que demanda uma efetiva articulação entre a ciência, a arte, a política e a economia e o fortalecimento de práticas ancoradas nos valores da solidariedade e empatia.

Com essa perspectiva, a atenção dada à dimensão emergencial da Lei Aldir Blanc I, deve se fazer acompanhar pelo reconhecimento da dimensão emergente, que tanto a crise quanto o dispositivo de enfrentamento de seus efeitos, desencadearam. O cotejamento entre o emergencial e o emergente revela o aparecimento de algo novo no campo público da cultura, que tanto recupera e atualiza questões políticas e institucionais já existentes e interrompidas entre 2016 e 2022, mas também aponta para inovações.

E assim, quem sabe, se vislumbre um avanço no estado de crise em que as políticas culturais no Brasil já se encontravam mesmo antes da própria pandemia. Se concentrar apenas na dimensão do emergencial pode significar a negação ou secundarização do emergente. Isso poderá nos garantir sobreviver a essa

crise, mas não nos preparará para evitar ou superar as próximas.

Este artigo, a partir de um trabalho de Mapeamento realizado pelo Observatório da Diversidade Cultural-ODC junto à Rede Mineira de Pontos de Cultura de Minas Gerais, busca evidenciar como a LAB I foi além do socorro emergencial a artistas, trabalhadores, espaços, grupos e empresas do campo cultural. Revelou uma inédita e potente articulação entre setores da sociedade civil, poder legislativo e poder executivo (estadual e municipal), além de oportunizar práticas inovadoras e o desvelamento de potências e carências na gestão cultural.

A Rede Mineira de Pontos de Cultura articula cerca de 200 instituições presentes em todo o território mineiro e em mais de 120 municípios. O Mapeamento buscou compreender a situação dos pontos de cultura no estado, a partir de um retrato dos alcances e desafios enfrentados entre 2019 e 2021. Por meio de projeto aprovado na Lei Aldir Blanc-Edital 02/2020, o Observatório da Diversidade Cultural foi selecionado pela Rede Mineira para coordenar a realização do mapeamento e consequente

diagnóstico da realidade dos Pontos de Cultura de MG. Por meio de uma metodologia participativa e colaborativa de mapeamento e diagnóstico, e a despeito dos limites impostos pela pandemia, o uso de tecnologias de informação e comunicação garantiu uma expressiva participação. O Mapeamento integrou um interessante e estratégico movimento da Rede. Os editais da Lei Aldir Blanc-LAB I no estado, permitiram que a quase totalidade dos Pontos de Cultura tivessem acesso a recursos financeiros para sua manutenção. Mas para além das necessidade individuais, a Rede elegeu 3 prioridades coletivas que foram financiadas de forma consorciada por todos os Pontos: a) assessoramento jurídico; b) realização do Mapeamento e Diagnóstico da realidade; c) organização de um Portal da Rede Mineira de Pontos de Cultura (<https://pontosdeculturamg.org.br/>).

Tal iniciativa inédita e inovadora, permitiu o fortalecimento das ações coletivas dos Pontos de Cultura, marca histórica e política desde o início do Programa Cultura Viva em 2005, mas também, a partir de processos colaborativos e dialogais, trouxe à tona potencialidades e

desafios existentes em Minas Gerais, que seguramente se fazem presentes em todos os demais estados da federação.

Desta maneira, apresentaremos de forma geral a metodologia e uma breve caracterização dos Pontos de Cultura, no que tange suas institucionalidades, atuações, distribuição territorial e infraestruturas. Também evidenciaremos aqui duas dimensões que nos parecem emblemáticas desta realidade, simultaneamente regional e nacional: a vitalidade econômica que os Pontos de Cultura mobilizam e a importância da Lei Aldir Blanc I no fortalecimento da organização em rede.

Apontamentos do processo de mapeamento e diagnóstico

O processo de construção do mapeamento dos Pontos de Cultura de MG se deu de forma participativa, dialógica e colaborativa. Contou com o envolvimento ativo da Comissão coordenadora e de diversos integrantes da Rede Mineira de Pontos de Cultura nas oficinas, reuniões de trabalho e mutirões de orientação e coleta de dados online. A intenção de ouvir o que se esperava do mapeamento e

diagnóstico acerca dos Pontos de Cultura foi fundamental para definir a intencionalidade, o escopo e o direcionamento do mapeamento.

A composição plural do conceito de sustentabilidade foi trabalhada no diagnóstico com o objetivo de abarcar a diversidade de atuação dos Pontos de Cultura. Para poder responder às perguntas relativas à situação dos Pontos, foi preciso partir da complexidade de aspectos que constituem sua realidade atual. A complementaridade desses aspectos aponta para uma sinergia de ações culturais, sociais, econômicas, ambientais, políticas e de comunicação.

Vale ressaltar que também buscamos realizar um levantamento dos impactos gerados pela pandemia de COVID-19 e pela LAB I. O diagnóstico não foi composto apenas por percepções, mas resultou de dados disponíveis e da própria produção de conhecimento, que constituiu um processo pedagógico e formativo, e uma oportunidade dos pontos de cultura realizarem uma reflexão acerca de sua própria atuação, seus alcances, limites e potencialidades.

O mapeamento de dados articulou informações distintas, as quais foram mediadas por um formulário online (questionário) de 86 questões, organizado em três módulos de informações: Cadastro (inserção de informações cadastrais), Portfólio (inserção de informações e mídias) e diagnóstico (inserção de informações via perguntas fechadas).

O módulo diagnóstico se configurou a partir de três conjuntos de dados, sendo o primeiro desenhado para caracterizar os Pontos de Cultura, com informações acerca da institucionalidade, distribuição territorial, áreas de atuação, acesso, infraestrutura e fomentos dos Programa Cultura Viva, dentre outros. No segundo conjunto de dados abordamos assuntos ligados às dimensões da sustentabilidade dos pontos: mobilização de recursos, participação e articulação em redes, infraestrutura e serviços prestados pelos pontos de cultura, diversidade biocultural e comunicação. O último conjunto de dados se refere à Lei Aldir Blanc I no contexto da pandemia. São informações que buscamos arrolar como os pontos participaram deste processo de acessar e executar os projetos e de

certa maneira garantir a sobrevivência dos espaços e de suas ações. Além disso, buscou levantar dados como o alcance de públicos, municípios, e pessoas remuneradas direta e indiretamente, dentre outros aspectos.

Características gerais dos pontos de cultura mineiros

Formalização e natureza institucional

O mapeamento e diagnóstico foi respondido por 170 Pontos de Cultura de MG. Deste total, 156 (91,8%) se configuram como Pessoa Jurídica e 14 (8,2%) como Pessoa Física, denotando um alto grau de formalização. Com relação ao status de funcionamento dos pontos, 164 (95,9%) encontram-se ativos e somente 7 (4,1%) inativos, por não terem acesso a recursos para manter as atividades.

Quanto à natureza institucional dos Pontos de Cultura, é importante ressaltar, que os arranjos detectados foram: pontos de cultura com a mesma razão social e pontos de cultura vinculados a outras razões sociais. No mapeamento, a grande maioria estavam vinculados a instituições que já desenvolviam atividades

anteriormente. Além disso, ficou evidenciado o caráter multidisciplinar da grande maioria. Embora 116 (68,2%) pontos de cultura estivessem ligados à organizações de natureza cultural, é significativo o número de 54 (31,8%) que contemplavam diversas áreas na sua natureza institucional, ressaltando o caráter multidisciplinar destas entidades que transitam entre os campos da assistência social, educação, meio ambiente, direitos humanos, comunicação, entidades religiosas e associações (mulheres, comunitárias, moradores e etc), dentre outros.

Este dado revela um forte diálogo do universo cultural com as outras áreas apontadas, o qual vem sendo apropriado de diversas formas pelas entidades, seja como instrumento de mediação sociocultural ou por meio de atividades de formação, preservação e difusão cultural, dentre outras ações.

Distribuição territorial e áreas de atuação

A distribuição territorial chama a atenção por sua capilaridade em diversos municípios e regiões do Estado de MG. A maior recorrência de Pontos de Cultura está na região Central (70) do estado, sendo que Belo Horizonte computa 15 pontos de cultura. Esta concentração é previsível devido à alta densidade populacional na capital e região metropolitana e por haver maior quantidade de organizações da sociedade civil inscritas nesta região. Contudo, merece destaque o fato de haver pontos de cultura atuando em quase todas as regiões do Estado. A forte expressividade do fomento estadual de pontos de cultura⁴, se revelou um indicador que contribuiu para essa capilarização do programa Cultura Viva no território mineiro.

Merece destaque o fato de haver pontos de cultura atuando em todas as regiões do Estado, embora o mapeamento não tenha conseguido adesão dos pontos de Alto Paraíba. As regiões da Mata (22), Triângulo (18) e Jequitinhonha Mucuri (14) foram as maiores concentrações com uma

4Fomento via Fundo Estadual de Cultura MG, por meio de editais específicos do programa

Cultura Viva Estadual, contemplaram 41 pontos de cultura entre 2016 e 2017.

média de 20 espaços. Com exceção da região Norte, os demais territórios registram atividades de 09 ou mais pontos de cultura, o que é muito significativo.

Além da distribuição territorial por região, o mapeamento buscou captar as atuações dos Pontos de Cultura. Esse cruzamento nos permitiu espacializar os tipos de atuações principais dos pontos por regiões. Assim, foi possível identificar que os pontos cujas atuações principais são as linguagens artísticas, artesanato, culturas populares e educação não formal, além de serem o maior número, também estão presentes em todas as regiões mapeadas. Contudo, vale

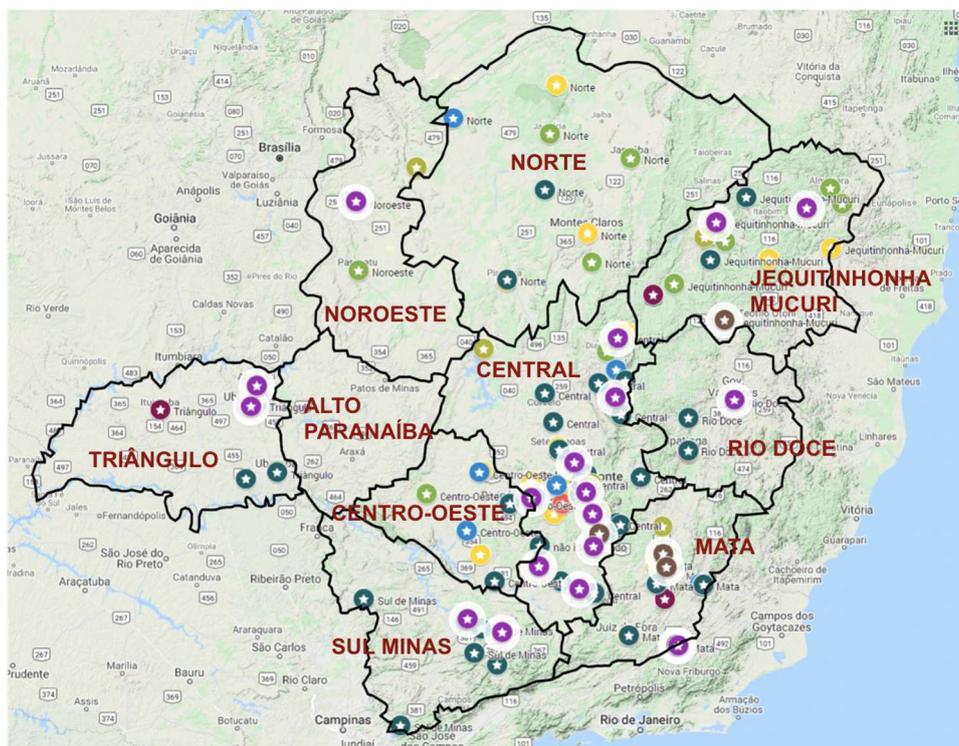
destacar que o artesanato e as culturas populares são presenças fortes nas regiões Noroeste, Jequitinhonha-Mucuri, Central e Triângulo. As práticas de comunicação e mídia estão mais concentradas na Central, mas tem alguns pontos no Jequitinhonha-Mucuri, Rio Doce, Mata, Rio Doce e Sul de Minas. Os pontos que têm o Patrimônio como atuação principal estão mais localizados na região Central. As outras atuações mapeadas como culturas éticas, tradicionais, gênero, culturas alimentares, pessoas com deficiência e terceira idade encontram-se em grande maioria na região Central, Mata e Rio Doce.

Mapa 1: Distribuição territorial dos Pontos de Cultura por área de atuação no Estado de MG



Legenda:

- Artesanato
- Comunicação e Mídia
- Culturas Populares
- Culturas Tradicionais
- Educação Não-Formal
- Patrimônio
- Culturas Étnicas
- Linguagens Artísticas
- Culturas Alimentares, de Gênero e Pessoas com Deficiência



Pontos por Região: Alto Paranaíba (s/i); Central (70); Centro Oeste (11); Jequitinhonha / Mucuri (14); Mata (22); Norte (9); Noroeste (4); Rio Doce (10); Sul de Minas (12) e Triângulo (18). Fonte: DO VAL; VILUTIS, 2021.

No que se refere às áreas de atuação principal dos 170 Pontos de Cultura, as linguagens artísticas predominaram com 35,3% (60); as culturas populares tiveram 16,5% (28); o artesanato 12,9% (22); a educação não formal 11,2% (19); a comunicação e mídia 7,6% (13) e o patrimônio 6,4% (11). Outras nove áreas foram destacadas, contudo, somadas chegaram a 9,9% (17), envolvendo culturas alimentares (2), culturas de gênero (1), culturas étnicas (5), culturas tradicionais (3), esporte e lazer (0), meio ambiente (1), pessoas com

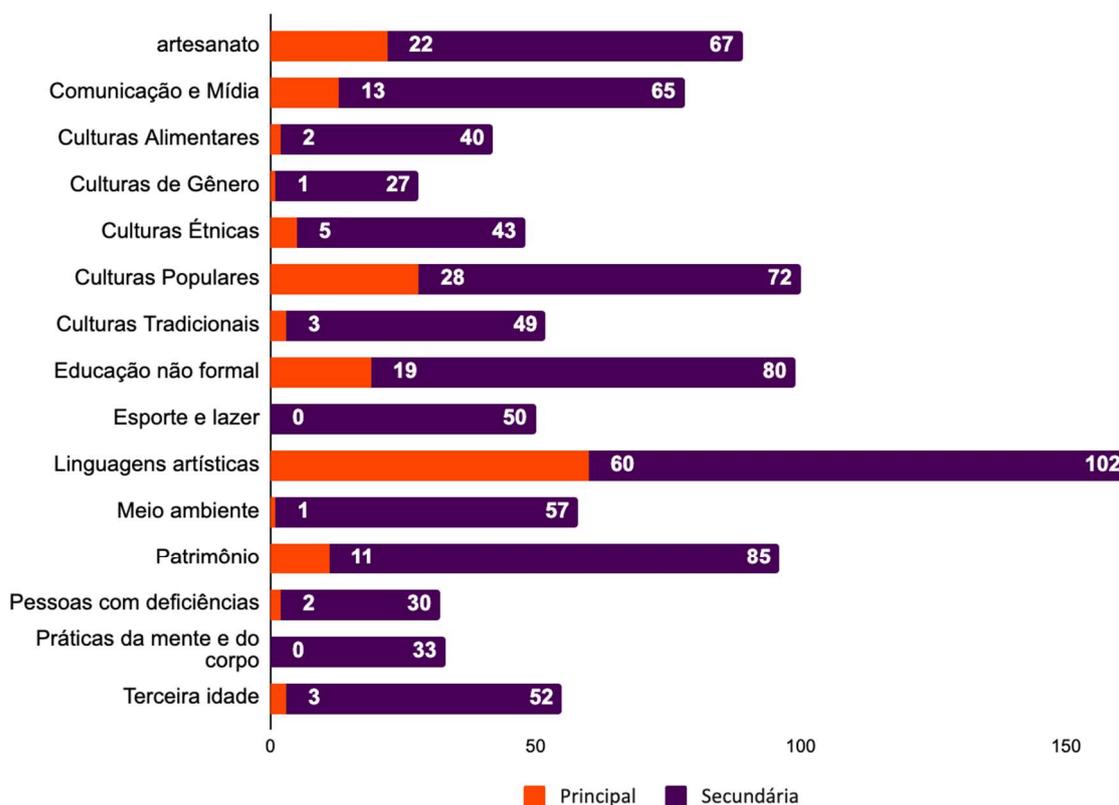
deficiências (2), práticas da mente e do corpo (0) e terceira idade (3).

Para além da atividade principal, também buscamos compreender quais outras atividades secundárias eram incorporadas na atuação e mediação com os territórios. Este exercício evidenciou o caráter multidisciplinar e multifacetado dos Pontos de Cultura, revelando uma realidade rica de práticas e de trocas de conhecimentos de diversos campos do setor cultural e de outras áreas. A exemplo, práticas de culturas alimentares ou culturas tradicionais, ou

ainda esporte e lazer, dentre outras, são inexpressivas enquanto atividades principais, contudo, ao verificarmos estas atuações como atividades secundárias, elas têm uma presença significativa dentre as atividades desenvolvidas. Esta constatação é muito importante, pois ela demonstra

que para além da atividade principal, as atividades secundárias são igualmente presentes e importantes na relação de cada Ponto de Cultura com o território onde atua. Além de potencializar sua multidisciplinaridade e diversidade de atuação, há uma complementariedade entre essas atividades.

Gráfico 1: atuações principais e secundárias dos Pontos de Cultura



Fonte: DO VAL; VILUTIS, 2021.

Infraestruturas, serviços prestados e participação social

Consultados acerca da infraestrutura disponível para uso

público e comunitário, foram identificadas salas para oficinas artísticas e culturais, em condições de acolher trabalhos com corpo, artes,

leitura e outros, disponíveis em 89 dos Pontos de Cultura mapeados. Do total, 86 possuíam salas de reuniões com cadeiras e mesas para uso comunitário e 82 possuíam equipamentos de som e audiovisual (microfone, câmeras, filmadoras, caixas de som, mesa de som, mesa de iluminação) à disposição. Espaços para apresentações artísticas, como auditórios, teatros de bolso, lonas de circo, etc. foram marcados por 66 pontos de cultura, enquanto 59 afirmaram ter bibliotecas disponíveis para uso comunitário e 57 dispunham de cozinhas. Apenas 11 Pontos de Cultura (6,5%) informaram não ter espaços disponíveis dentre um conjunto amplo e diverso de infraestrutura indicadas nas respostas.

Como é possível inferir, a infraestrutura existente e disponível para uso comunitário é muito significativa e importante, superando muitas vezes a disponibilidade de espaços geridos pelo poder público e iniciativa privada. O dados revelam a contribuição do Cultura Viva na constituição do comum, daquilo que refere-se às práticas coletivas, assim como à gestão e ao uso compartilhado de recursos, bens e serviços, por meio

de valores e práticas democráticas que se realizam na solidariedade e no compromisso social constitutivo.

O diagnóstico também procurou identificar quais serviços eram oferecidos às comunidades e as respostas reforçaram a importância da atuação dos Pontos de Cultura no campo da educação não formal, além de sua contribuição no fortalecimento comunitário. A intersecção entre cultura e educação apareceu com muita força nos 129 Pontos de Cultura que afirmaram realizar formações artísticas e culturais. 122 pontos informaram oferecer ações culturais de fortalecimento dos laços de pertencimento da população, as quais são estimuladas a partir de atividades ligadas às formações artísticas e culturais que atuam de forma transversal e complementar à dimensão do pertencimento local. As práticas de educação patrimonial (48); memória e identidades (86); leitura e formação de leitores (50), são ações que reforçam o viés da cultura viva comunitária praticado pela Rede Mineira de Pontos de Cultura.

Ações comunitárias transversais também se apresentam de forma significativa, especialmente nas

atividades imbricadas com assistência social (69); formação cidadã (82); desenvolvimento local (87); bem estar e saúde (39); preservação e responsabilidade ambiental (50); acolhimento, empatia e espiritualidade (49); e ajuda emergencial na pandemia (62), o que evidencia claramente a grande capilaridade social e de ações de caráter intersetorial desenvolvidas pela Cultura Viva. Isso nos permite afirmar que os Pontos de Cultura constituem uma rede de espaços ancorados nos territórios onde se localizam e estabelecem um fértil diálogo com a população, além de interagir com seus modos de vida e seu cotidiano.

Ao analisar as respostas relativas à atuação nos espaços de participação social, fica evidente o engajamento político local existente, uma vez que 48 dos Pontos de Cultura confirmaram participar nos Conselhos Municipais de Política Cultural e 37 participam de Conselhos Municipais de Patrimônio Cultural. Além disso, os espaços de participação e coletivização organizados pelo próprio Cultura Viva, a TEIA estadual e nacional, contaram com participação direta de cerca de 30% do total dos Pontos de Cultura de

MG. A Comissão Nacional de Pontos de Cultura – CNPdC contava com a atuação de 9 Pontos de Cultura de Minas Gerais. A Rede Nacional de Pontos de Cultura Rurais, a Rede Mineira de Pontos de Cultura, o Comitê Gestor da Política de Cultura Viva e a Comissão Estadual de Pontos de Cultura, são outros espaços de participação social revelados pelo mapeamento, o que reforça sua expressividade no Estado e representatividade no âmbito da Política Nacional de Cultura Viva.

O caráter transversal dos Pontos de Cultura de Minas Gerais também se evidencia na dimensão da participação social em instâncias como o Fórum Mineiro de Economia Popular e Solidária, integrado por 11 Pontos de Cultura, além do Comitê Mineiro do Fórum Nacional pelo Direito à Comunicação - FNDC; Plataforma do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC; Federação do Artesanato Mineiro; Fórum Mineiro de Entidades Negras – FOMENE e Minas Ninja. Em âmbito municipal, os Pontos de Cultura mencionaram participar de conselhos de políticas públicas diversas, tais como: Assistência Social; Igualdade

Racial; Criança e Adolescente; Turismo; Juventude; Direito à Mulher; Meio Ambiente; Esporte e Lazer; Educação; Pessoa Idosa; Saúde; Conselho de Fomento e Colaboração de BH – CONFOCO; Conselho Gestor da Praça CEU e Conselho Consultivo do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu. Apesar de haver 43 pontos mapeados (25%) que não revelaram um engajamento significativo em tais espaços de participação social, os dados demonstram enfaticamente a forte incidência social dos pontos em políticas públicas das mais diversas áreas e esferas.

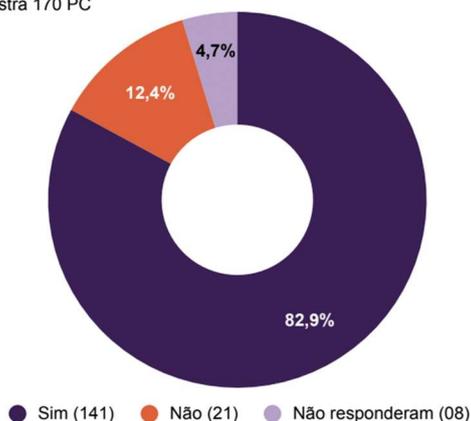
As estratégias e a vitalidade econômica dos pontos de cultura

Na dimensão econômica da sustentabilidade, o Diagnóstico buscou investigar as principais fontes de recursos dos pontos de cultura e compreender a recorrência do fomento público, do incentivo privado, do acesso a mercados e da mobilização de recursos não monetários, orientados por práticas solidárias de trocas diretas e ajuda mútua.

Os gráficos que seguem abaixo, ilustram a diversidade de arranjos econômicos mobilizados para manter a Rede de Pontos de Cultura nos territórios.

Gráfico 2: Acesso a recursos públicos

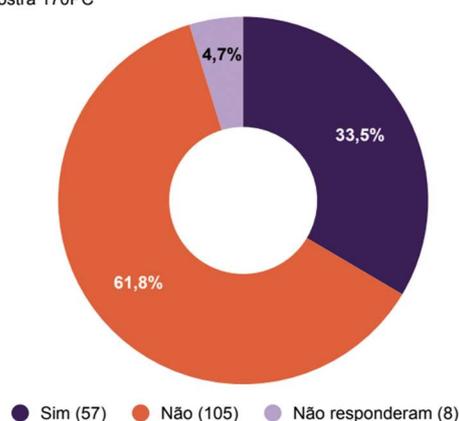
amostra 170 PC



Fonte: DO VAL; VILUTIS, 2021.

Gráfico 3: Acesso a mercados

amostra 170PC

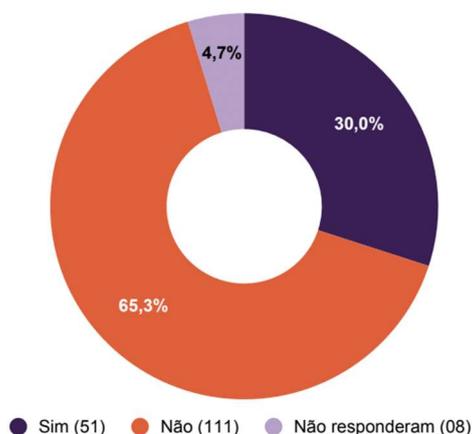


Fonte: DO VAL; VILUTIS, 2021.

Gráfico 4: Solidariedade

Gráfico 5: Acesso a recursos privados

amostra 170PC



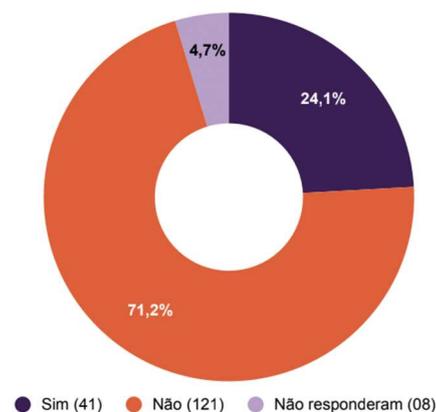
Fonte: DO VAL; VILUTIS, 2021.

Acesso a recursos públicos

No que diz respeito ao acesso a recursos públicos entre 2019 e 2021, como vimos, a Lei Aldir Blanc foi a ação pública mais recorrente no conjunto dos pontos de cultura que integram a amostra deste mapeamento. Segundo as respostas ao formulário do Diagnóstico, os editais estaduais (inciso III) foram os mais acessados, contemplando 112 pontos de cultura, o que representa mais de 65% do universo mapeado. No âmbito municipal, 19 pontos informaram terem recebido recursos municipais da LAB I voltados à manutenção de espaços culturais (inciso II) e 25 pontos confirmaram o acesso aos editais municipais da Lei.

Ao comparar o fomento à cultura nas três instâncias, há maior

amostra 170PC



Fonte: DO VAL; VILUTIS, 2021.

recorrência de acesso a recursos estaduais e menor alcance dos recursos federais. Enquanto 10 pontos de cultura acessaram emendas parlamentares estaduais, apenas 2 o fizeram em âmbito federal. Em termos do incentivo fiscal, apesar da proximidade de respostas, novamente se repete a maior incidência de mobilização de recursos públicos estaduais. A Lei Estadual de Incentivo à Cultura de Minas Gerais (LEIC) foi acessada por 17 pontos de cultura mapeados, enquanto 16 mobilizaram recursos da Lei Rouanet. Em termos federais, esse indicador é o segundo mais expressivo, o que reforça o impacto da LAB I e a baixa incidência do fomento público federal aos pontos de cultura no período pesquisado.

No âmbito municipal, entre 2019 e 2021 o acesso a recursos públicos pelos Pontos de Cultura ocorreu prioritariamente por meio de convênios, assinalados por 38 pontos de cultura. Essa modalidade possuía diversos instrumentos: termo de colaboração, termo de fomento, acordo de cooperação ou ainda a própria denominação de convênios. No que diz respeito ao fomento público municipal, embora com menor incidência, o acesso ao incentivo fiscal e a fundos municipais de cultura também foi realizado pelos pontos de cultura. Embora com uma diferença pequena de 1 inscrição, houve maior recorrência de incentivo fiscal (7 pontos de cultura) do que de acessos a fundos municipais de cultura (6 pontos). Merece destaque a mobilização de recursos de outros fundos municipais e de editais de outras secretarias, como é o caso do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, editais da Secretaria de Desenvolvimento Social e do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. Essas informações reforçam a intersetorialidade da atuação cultural dos pontos e o potencial existente no fomento público transversal às suas ações.

Acesso a mercados

Apesar da ênfase ao financiamento público, outras fontes de recursos foram mobilizadas pelos pontos de cultura mapeados, das quais merece destaque a comercialização de produtos e serviços, prática realizada por 57 pontos de cultura de MG que responderam ao formulário.

Foi possível mapear que a destinação dos recursos obtidos com as vendas de produtos e serviços voltou-se prioritariamente para o custeio das despesas obtidas com a própria ação cultural comercializada. Também resultou muito frequente a utilização desses recursos na manutenção do Ponto de Cultura, de seu espaço, atividades e equipe, bem como na realização de investimentos em infraestrutura, como reformas, compra de equipamentos, etc. Repartir os recursos obtidos com as vendas entre os participantes dos pontos de cultura e pagar cachês foram práticas regulares. Apesar de haver casos de utilização desses recursos para custeio de itens básicos como alimentação, moradia e energia elétrica, também foi possível compor um fundo de caixa e, com menor expressividade de

respostas, realizar investimentos financeiros com o recurso das vendas.

O mapeamento revelou que 65 pontos de cultura não ofereciam nenhum tipo de produto e serviço para comercialização. Contudo, foi possível identificar uma maior oferta de serviços do que de produtos na Rede Mineira: enquanto 57 pontos de cultura ofereciam serviços, haviam 48 que dispunham de produtos para comercialização; desse universo, 29 pontos de cultura possuíam tanto produtos, quanto serviços disponíveis para venda.

Em termos dos serviços prestados, foi possível organizá-los em 6 categorias: serviços de educação; apresentações artísticas e eventos culturais; gestão e produção cultural; locação de espaços e equipamentos; serviços audiovisuais e serviços de confecção, reforma e bazar. Os serviços educativos foram os mais frequentes, sendo oferecidos por 35 pontos de cultura, em uma oferta significativamente diversa, como oficinas, cursos, palestras, workshops, apoio escolar, capacitações e serviços de elaboração de materiais pedagógicos. As temáticas das ações educativas ofertadas eram tão variadas

e vastas quanto às áreas de atuação dos Pontos de Cultura e seus suportes, dentre eles foram mencionados, e-books com processos educativos desenvolvidos pelo ponto de cultura; livros biográficos de personalidades locais; apostilas culturais; aulas de capoeira; aulas de idiomas, dentre outras ações.

Apresentações artísticas e eventos culturais também foram os outros serviços mais oferecidos pelos pontos de cultura no período pesquisado, reunindo 33 ocorrências. Embora teatro e música fossem os mais recorrentes, houve espetáculos e eventos em todos os segmentos artísticos e culturais, tais como dança, circo, contação de história, eventos literários, cinema, poesia, dentre outros. 14 pontos de cultura informaram oferecer serviços de gestão e produção cultural, o que envolveu elaboração de projetos; mobilização social; captação de recursos; suporte para a criação de organizações comunitárias; produção executiva, cultural e de conteúdo; assessorias técnicas, consultorias e mentorias variadas. Outros serviços oferecidos correspondiam à locação de espaços e equipamentos (8 pontos de cultura); serviços audiovisuais diversos

(7 pontos de cultura) e serviços de confecção, reformas e bazar (5 pontos).

No que diz respeito aos produtos oferecidos, houve maior recorrência para artesanato e produtos artísticos, haja visto que 34 pontos de cultura afirmaram produzir artesanatos dos mais diversos materiais (tecido, palha, bambu, taquara, espuma, MDF, dentre outros) e tipos de bordados, cestarias, bonecas, estandartes, acessórios diversos, além de produtos artísticos como quadros, esculturas em cerâmicas e pinturas. 11 pontos de cultura produziam itens diversos de vestuário, como uniformes, figurinos, camisas, camisetas, turbantes, saiotas, faixas, coroas, sapatilhas, dentre outros. Produtos musicais como CDs, DVDs, álbuns, instrumentos musicais e seus acessórios eram oferecidos também por 11 pontos de cultura. Produtos educativos, como livros, apostilas, materiais didáticos, catálogos e cartilhas foram realizados por 8 pontos de cultura. Também houve 8 pontos de cultura que informaram produzir alimentos beneficiados, ervas, produtos agroecológicos e hortaliças.

Solidariedade

No que se refere à mobilização de financiamento colaborativo no período deste mapeamento, foi expressiva a recorrência de recebimento de doações pelos pontos de cultura. As doações foram organizadas tanto por meio de campanhas locais, realizadas por 31 pontos de cultura mapeados, quanto por meio de plataformas virtuais, prática de 10 pontos de cultura. As plataformas virtuais utilizadas com mais frequência foram a [Benfeitoria](#) e [Vakinha](#) sendo que a [Doare](#) e o [Prosas](#) também foram mencionados. Outras formas de arrecadação de doações também ocorreram, como a realização de campanhas próprias, a elaboração de carta de solicitação de doações e a utilização de plataforma própria, como o [Quitanda Solidária](#). A obtenção de recursos para iniciativas de interesse coletivo contou ainda com a realização de rifas (19 pontos de cultura), festas (16) e bingos (10).

O diagnóstico também procurou identificar a economia não-monetária mobilizada, ou seja, as ações econômicas de produção e distribuição que não se realizaram por meio do uso de dinheiro e sim pela

reciprocidade e por relações de solidariedade. O trabalho voluntário foi a iniciativa mais recorrente, sendo praticado por 129 pontos de cultura do universo mapeado. Ações de ajuda mútua, como mutirões, iniciativas beneficentes, ações comunitárias, etc. foram realizadas por 102 pontos de cultura. Doações e empréstimos de equipamentos, espaços, mobiliários, vestuários, dentre outros foram desenvolvidas por 69 pontos de cultura durante os anos de 2019 e 2021. Trocas diretas de produtos e serviços foi a modalidade menos praticada, mas mesmo assim 42 Pontos de Cultura afirmaram ter realizado esse tipo de iniciativa.

Outras ações de reciprocidade foram mencionadas espontaneamente, como a articulação em rede, o que envolveu desde a participação em redes de desenvolvimento local e economia solidária, à mobilização de redes temáticas e ideológicas para contribuições coletivas. Parcerias técnicas e pedagógicas também foram realizadas com relativa frequência dentre o universo mapeado, por meio de auxílios na elaboração e execução de projetos; apoio técnico a eventos culturais; estágios não remunerados

nas áreas de educação e comunicação; serviços de pesquisas, consultas e impressão; aulas gratuitas de música e desenho para crianças e jovens.

Acesso a recursos privados

A modalidade menos recorrente de acesso a recursos no período de 2019 e 2021 pela Rede Mineira do Cultura Viva foi o patrocínio privado de empresas e instituições empresariais, mobilizado por 41 pontos de cultura, com maior recorrência para editais de instituições privadas (36). Dentre as instituições financiadoras, por meio de leis de incentivo e patrocínios diretos, constam com maior ocorrência empresas de metalurgia, mineração e bancos.

A Lei Aldir Blanc I no contexto dos pontos de cultura de MG

Apresentadas as principais características da realidade dos Pontos de Cultura de Minas Gerais entre os anos 2019 e 2021, algumas evidências sobre a Lei Emergencial Aldir Blanc I podem ser aqui destacadas. Apropriada e utilizada de forma coerente com seus princípios de diversidade e equidade, permitiram a emergência de uma ação solidária e

fortalecedora da organização em rede dos Pontos. O reconhecimento das singularidades e das regularidades entre os diferentes Pontos, oportunizou uma práxis emergente, simultaneamente reveladora de uma realidade vivida por todos, com o fortalecimento de laços e o desenvolvimento de práticas colaborativas.

Em um cenário marcado pela descontinuidade e desmontes progressivos das políticas culturais no âmbito federal, iniciados ainda em 2016 e radicalizados entre 2019 e 2022, operacionalizados por meio de ataques sistemáticos e pela criminalização do setor e das suas instituições, a LAB I provocou uma contra narrativa. Se por um lado, ficou evidente, mais uma vez, a necessidade de investimentos (financeiros, humanos, técnicos) permanentes para a área cultural, é inequívoca também a importância e a força da atuação sistêmica e em rede, de forma descentralizada, comprometida e complementar entre as diversas instâncias que atravessam o campo da cultura e especialmente os Pontos de Cultura.

Ainda que a Lei tenha escancarado as evidências e os

problemas recorrentes no campo da cultura – as crises institucionais e estruturais que antecederam a crise provocada pelos efeitos da pandemia – ela possibilitou uma ampla mobilização que implicou e responsabilizou conjuntamente diversos atores sociais na construção política do campo cultural. Foi possível identificar dimensões estratégicas que apontaram para a rearticulação de todo um sistema que envolve a política pública da cultura, a partir da experiência com a LAB I, tendo os pontos de cultura como agentes mobilizadores e comunitários.

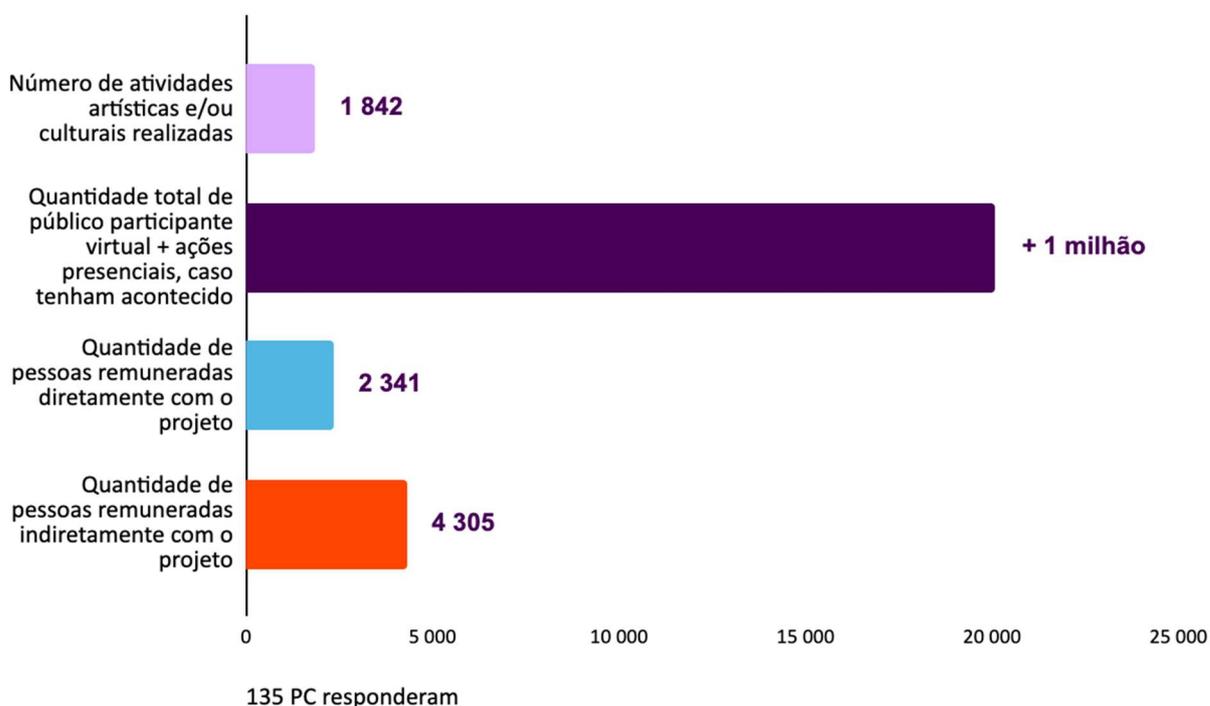
A LAB I além de contribuir para a reativação dos componentes do Sistema Nacional de Cultura, reanimou as bases conceituais que orientaram de forma determinante a construção das políticas culturais no Brasil entre 2003 e 2015. Entre o emergencial e o emergente, diante de uma conjuntura mundial sem precedentes, o processo de elaboração, aprovação e implementação da Lei Aldir Blanc, ainda que cheio de entraves e limitações, colocou-nos forçosamente em estado de mobilização e avaliação, e demonstrou efetivamente uma conquista histórica do setor que

reconhece os direitos culturais e aponta para o papel da cultura na afirmação da democracia.

A análise quantitativa dos dados da LAB I coletados até o início de julho de 2021 no diagnóstico junto à Rede Mineira revelou números expressivos, referentes às atividades previstas pelos Pontos de Cultura com os recursos da Lei Aldir Blanc: 1842 atividades artísticas e/ou culturais foram realizadas a partir dos editais da

Lei, envolvendo um público total estimado em mais de 1 milhão de pessoas, entre os participantes presenciais e as visualizações das ações nas plataformas e redes sociais. 4305 pessoas foram remuneradas indiretamente e 2341 foram remuneradas diretamente com recursos provenientes dos projetos apresentado na LAB I e respondido por 135 pontos, como se pode observar no gráfico abaixo.

Gráfico 6: Quantitativos de atividades previstas pelo Ponto de Cultura com recursos da Lei Aldir Blanc I.



Fonte: DO VAL; VILUTIS, 2021.

Sobre a remuneração direta e indireta de pessoas com recursos da

LAB I, 38 pontos de cultura afirmaram terem remunerado diretamente entre

11 e 20 pessoas, o que representa a maior recorrência de respostas nessa questão. A remuneração indireta de até 5 pessoas foi a alternativa de maior ocorrência dentre o universo mapeado, sendo assinalada por 46 pontos de cultura.

A quantidade de municípios alcançados pelos Pontos de Cultura com as atividades realizadas no âmbito da LAB também foi expressiva e chama a atenção para a característica da mobilização em rede estimulada pela pandemia e as iniciativas online realizadas. Apuramos que em 72 Pontos de Cultura, suas ações culturais envolveram participantes de até 5 municípios e 28 pontos afirmaram terem mobilizado pessoas oriundas de 6 a 10 municípios. 2 pontos de cultura chegaram a alcançar mais de 100 municípios no desenvolvimento de seus projetos da LAB, isso reforça o caráter territorial predominante das ações culturais realizadas pelas organizações integrantes da Rede Mineira de Pontos de Cultura.

Ao comparar os dados da LAB I com aqueles relativos a todos os outros fomentos, vemos que há poucas variações. Apesar da quantidade de atividades artísticas e culturais

realizadas a partir dos outros fomentos ser maior e alcançar a marca de mais de 3 mil atividades, é fundamental lembrar que esse dado corresponde a mais de 2 anos de atividades e a um conjunto muito mais amplo de fomentos acessados. No que diz respeito ao público mobilizado para as ações culturais da LAB I e dos outros fomentos, a diferença é muito pequena, de apenas 1% a mais de participantes no total dos outros fomentos.

A LAB I, por sua vez, proporcionou a remuneração direta e indireta de mais pessoas do que o conjunto dos demais fomentos acessados pelos Pontos de Cultura entre os anos de 2019 e 2021. Mais precisamente, o mapeamento permitiu identificar que, por meio da LAB I, foram contratadas 722 pessoas a mais do que os demais fomentos acessados durante os últimos anos e a LAB também viabilizou a remuneração indireta de mais 1764 pessoas em comparação aos outros fomentos mobilizados pelos pontos de cultura no mesmo período. Esses dados reforçam o impacto da LAB, situando a importância e a centralidade dessa ação pública emergencial não apenas no contexto da pandemia, mas também no contexto

social, político e econômico enfrentado nos últimos anos, com o retrocesso das políticas culturais, a crise econômica e o refluxo dos direitos sociais conquistados.

O emergente para além da emergência

Fizemos aqui uma breve seleção dos dados reunidos no mapeamento da Rede Mineira de Pontos de Cultura realizado pelo Observatório da Diversidade Cultural em 2021. Mesmo sendo um recorte pequeno, ele nos permite identificar a relevância social, cultural, política e econômica dos Pontos de Cultura e a necessidade da Lei Aldir Blanc se consolidar como uma política nacional permanente e contínua. Da experiência aqui mapeada emerge a expressividade da Cultura Viva como política de base comunitária ao promover vínculos sociais, mobilizar economias, articular redes e incentivar a participação política intersetorial.

Em um contexto de crise civilizatória em que vivemos, estimular a diversidade cultural, fortalecer a democracia e difundir valores enraizados em práticas de convivência, solidariedade, empatia e respeito às

diferenças são aspectos chaves e emergenciais. São ações como essas que emergem da atuação comunitária dos Pontos de Cultura e cabe às políticas culturais fomentar, promover e incentivar.

Esta experiência também nos permite reafirmar a importância da pesquisa em políticas culturais e da centralidade do mapeamento para projeção de ações públicas de cultura. O levantamento e a sistematização de informações, além de serem necessários para acompanhar, monitorar e avaliar ações públicas, são profundamente formativos e mobilizadores. Emerge aqui também o caráter pedagógico do mapeamento que pode contribuir para a articulação em rede dos Pontos de Cultura e para a troca de produtos e serviços entre essas entidades culturais, potencializando sua vitalidade econômica.

Referências

DO VAL, Ana Paula. VILUTIS, Luana. *Mapeamento e diagnóstico dos pontos de cultura de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural, 2021. Disponível em: <https://pontosdeculturamg.org.br/storage/attachments/9w376kJz0cdKZr6h>

[zHh5Un4FoO62ZSy8OjZpiGP6.pdf](#).
Acesso em 06 nov. 23.

VASCONCELOS-OLIVEIRA, Maria Carolina; DO VAL, Ana Paula; OLIVEIRA, Danilo Júnior. *Fortalecendo redes culturais*: relatório final. São Paulo: CEBRAP, 2019. Disponível em: https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2018/10/Rel_FortalecendoRedesCulturais_12out.pdf.
Acesso em: 06 nov. 23.

VILUTIS, Luana. *Economia Viva: Cultura e Economia Solidária no trabalho em rede dos Pontos de Cultura*. [Doutorado em Cultura e Sociedade] Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/30703/1/Tese_LuanaVilutis_UFBA.pdf.
Acesso em: 06 nov. 23.